

DISCURSO DE FIDEL CASTRO NA ONU 12/12/1979

(fragmentos)

Trazemos o mandato da Sexta Conferência de Chefes de Estado ou de Governo do *Movimento dos Países Não Alinhados*, para apresentar ante as Nações Unidas o resultado de suas deliberações e das posições que delas derivam.

Somos 95 países de todos os continentes, que representam a imensa maioria da humanidade. Nos une a determinação de defender a colaboração entre nossos países, o livre desenvolvimento nacional e social, a soberania, a segurança, a igualdade e a livre determinação. Estamos associados no empenho para mudar o atual sistema de relações internacionais, baseado na injustiça, na desigualdade e na opressão. Atuamos na política internacional como um fator global independente.

Reunido em Havana, o Movimento acaba de reafirmar seus princípios e confirmar seus objetivos. Os Países Não Alinhados insistimos em que é necessário eliminar a abismal desigualdade que separa os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Lutamos por isso para suprimir a pobreza, a fome, a doença e o analfabetismo que ainda padecem centenas de milhões de seres humanos.

Aspiramos a uma nova ordem mundial, baseada na justiça, equidade e na paz, que substitua o sistema injusto e desigual que hoje prevalece, no que segundo se proclamou na Declaração de Havana, "a riqueza segue concentrada nas mãos de umas quantas potências cujas economias, fundadas no desperdício, são mantidas graças a exploração dos trabalhadores e a transferência e saque dos recursos naturais e outros recursos dos povos da África, América Latina, Ásia e demais regiões do mundo".

Entre os problemas a debater neste período de sessões a Assembleia Geral, a paz figura no primeiro lugar das preocupações. A busca da paz constitui também uma aspiração do Movimento de Países Não Alinhados e foi objeto da sua atenção na Sexta Conferência. Porém, a paz, para nossos países, resulta indivisível. **Queremos uma paz que beneficie igualmente os grandes e os pequenos, aos poderosos e aos débeis, que abarque todos os âmbitos do mundo e chegue a todos seus cidadãos.**

Desde sua fundação, **os Países Não Alinhados consideram que os princípios da coexistência pacífica devem ser a pedra angular das relações internacionais**, constituem a base do fortalecimento da paz e a segurança internacional, da extensão desse processo a todas as regiões do mundo e a todos os aspectos das relações, e devem ser aplicados universalmente nas relações entre os Estados. Porém, ao mesmo tempo, a Sexta Cúpula considerou que esses princípios da coexistência pacífica incluem também o direito dos povos sob dominação estrangeira e colonial à livre determinação, a independência, a soberania, a integridade territorial dos Estados, o direito de cada país a colocar um final na ocupação estrangeira, a aquisição de territórios pela força e a definir seu próprio sistema social, político e econômico.

Só assim a coexistência pacífica poderá ser a base de todas as relaciones internacionais.

A situação de atraso agrícola e industrial, do qual os países em desenvolvimento não conseguem superar é, sem dúvida, o resultado das relações internacionais injustas e desiguais. Porém, se junta a isto agora, a crise prolongada da economia internacional. Não vou deter-me demasiado neste aspecto. Precisemos agora o que os chefes de Estado ou de governo consideramos que a crise do sistema econômico internacional não é conjuntural senão que constitui um sintoma de desajustes estrutural e de um desequilíbrio que está na sua própria natureza; que esse desequilíbrio foi agravado pela negativa dos países desenvolvidos de economia de mercado a controlar seus desequilíbrios externos e seus altos níveis de inflação e desemprego; que a inflação foi gerada precisamente nestes países desenvolvidos que agora resistem a aplicar as únicas medidas que podiam eliminá-la. E assinalamos ademais que esta crise é resultado da persistente falta de equidade nas relações econômicas internacionais, de maneira que resolver essa desigualdade, como propomos, contribuirá a atenuar e afastar a própria crise. **Quais são as principais questões que os representantes do Movimento de Países Não Alinhados foram obrigados a formular Havana? Condenamos ali o persistente desvio de recursos humanos e materiais para uma carreira de armamentos improdutiva, desperdiçadora e perigosa para a humanidade. E exigimos que parte considerável dos recursos que agora se empregam em armamentos, particularmente pelas principais potência, sejam destinados ao desenvolvimento econômico e social. Senhor Presidente e Senhores representantes: o intercâmbio desigual arruína nossos povos e deve acabar!**

A inflação é exportada para nossos países e nos arruína. Ela deve acabar! O protecionismo arruína nossos povos e deve acabar! O desequilíbrio que existe referente a exploração dos recursos marinhos é abusivo e deve ser abolido! Os recursos financeiros que recebem os países em desenvolvimento são insuficientes e devem ser aumentados! Os gastos em armamentos são irracionais. Devem cessar e seus fundos empregados para financiar o desenvolvimento! O sistema monetário internacional que hoje predomina nesta bancarrota, deve ser substituído! As dívidas de países de menor desenvolvimento relativo e em situação desvantajosa são insuportáveis e não tem solução. Devem ser canceladas! O endividamento sufoca economicamente o restante dos países em desenvolvimento e deve ser aliviado! O abismo econômico entre os países desenvolvidos e os países que querem desenvolver-se, em vez de diminuir aumenta, deve desaparecer! Tais são as demandas dos países subdesenvolvidos

Senhor Presidente, senhores representantes: a atenção a essas demandas, algumas das quais foram apresentadas sistematicamente pelos países em vias de desenvolvimento nos fóruns internacionais, através do Grupo dos 77 e do Movimento de Países Não Alinhados, permitiria uma mudança de rumo na situação econômica internacional, que ofereceria aos países em vias de desenvolvimento as condições institucionais para organizar os programas que os situariam definitivamente no caminho do desenvolvimento.

Porém, ainda que todas estas medidas fossem levadas à prática, ainda que se retificassem os erros e vícios do presente sistema de relações internacionais, os países subdesenvolvidos careceriam de um elemento decisivo: o financiamento externo.

Todos os esforços internos, todos os sacrifícios que fazem e estão dispostos a fazer os povos dos países em vias de desenvolvimento, todas as oportunidades de incrementar seu potencial econômico que se conseguiriam ao eliminar a desigualdade entre os preços de exportação e os de importação e melhorar as condições em que se realiza seu comércio exterior não serão, no entanto, suficientes. À luz de sua situação financeira real e atual, necessitam ademais recursos em tal quantidade que lhes permitam pagar suas dívidas e empreender os enormes gastos que exige o salto ao desenvolvimento.

Aqui também as cifras são demasiado conhecidas para que necessitemos repeti-las. A Sexta Cúpula preocupou-se diante do fato de que não só a dívida dos países subdesenvolvidos é praticamente insuportável, como também que esta dívida cresce cada ano a um ritmo que podemos considerar galopante. Os dados que acaba de informar o recente informe do Banco Mundial, emitido nos mesmos dias em que celebrávamos a Conferencia de Havana, confirmam que a situação é cada dia mais grave. Só no ano de 1978, a dívida pública externa de 96 países em desenvolvimento aumentou em US\$ 51 bilhões de dólares. Este ritmo eleva a dívida a cifras astronômicas mencionadas.

Não podemos, Senhor Presidente, nos resignar a este panorama sombrio! Os mais reputados economistas, tanto os ocidentais como aqueles que se reivindicam marxistas, admitem que a forma em que funciona o sistema de endividamento internacional dos países em vias de desenvolvimento é completamente irracional e que sua manutenção ameaça com uma súbita interrupção, que colocará em perigo todo o precário e instável equilíbrio econômico mundial. Alguns tratam de explicar o surpreendente fato econômico de que os centros bancários internacionais continuem enviando fundos a países que estão tecnicamente quebrados, argumentando que se trata de uma contribuição generosa para ajudar a esses países a suportar as dificuldades econômicas. Porém, não é assim. É, na realidade, uma operação de salvamento da própria ordem internacional capitalista. Em outubro de 1978 a Comissão das Comunidades Europeias admitia de forma esclarecedora: "O equilíbrio atual da economia mundial depende em grau considerável de que continue a corrente de empréstimos privados aos países em desenvolvimento não produtores de petróleo... em uma escala sem precedentes antes de 1974, e qualquer impedimento a essa corrente colocará em perigo dito equilíbrio". A quebra financeira mundial seria muito dura, em primeiro lugar, para os países subdesenvolvidos e para os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos. Afetaria também as economias socialistas mais estáveis. Porém, o sistema capitalista poderia não sobreviver a semelhante catástrofe. E seria difícil que a terrível situação econômica resultante não gerasse, inevitavelmente, uma conflagração mundial. E já se fala de forças militares especiais para ocupar os campos petrolíferos e as fontes de matérias primas. Porém, se é dever de todos a preocupação por este panorama sombrio, é dever, primeiro, dos que possuem uma maior soma de riqueza e bem-estar material. Aos revolucionários, ao fim e ao cabo, a perspectiva de um mundo sem capitalismo não nos assusta muito.

Foi proposto que no lugar do espírito de enfrentamento utilizemos o sentido da interdependência econômica mundial que permita conjugar as forças de todas as economias para obter benefícios comuns, porém, o conceito da interdependência só é aceitável quando se parte de admitir a injustiça intrínseca e brutal da atual interdependência. Os países em vias de desenvolvimento rechaçam que se lhes proponha como "interdependência" a aceitação da injusta e arbitrária divisão internacional do trabalho, que o colonialismo moderno lhes impôs a partir da revolução industrial inglesa e que o imperialismo aprofundou.

Se se quer impedir o confronto e a luta, que é o único caminho que aparece aberto para os países em vias de desenvolvimento, um caminho que oferece largos e difíceis combates cujas proporções ninguém podia saber agora, é necessário que todos busquemos e encontremos fórmulas de colaboração para resolver os grandes problemas que, se bem afetam aos nossos povos, não podem resolver-se sem afetar de alguma forma os países mais desenvolvidos.

Estamos seguros, estimado Senhor Presidente e Senhores representantes, que se o Secretário Geral das Nações Unidas, assistido pelo Presidente da Assembleia, com todo o prestígio e o peso desta organização, apoiada ademais, de início, pela influência que os países em vias de desenvolvimento e, mais ainda, o Grupo dos 77, emprestariam a esta iniciativa, convocasse os distintos fatores que mencionamos para iniciar discussões nas quais não haveria lugar para o antagonismo chamado Norte-Sul nem para o denominado antagonismo Leste-Oeste, senão que ali concorreriam todas as forças como uma tarefa comum, como um dever comum e uma esperança comum, esta ideia que apresentamos agora à Assembleia Geral pode ser coroada pelo êxito.

Porque não se trata de um projeto que beneficie só aos países em vias de desenvolvimento, beneficiaria a todas as nações. Como revolucionários, o confronto não nos assusta. Temos fé na história e nos povos. Porém, como porta-vozes e intérpretes do sentimento de 95 países, temos a responsabilidade de lutar pela colaboração entre os povos. E essa colaboração, se ela se consegue sobre bases novas e justas, beneficiará a todos os países que constituem hoje a comunidade internacional. E beneficiará em especial a paz mundial.

O desenvolvimento pode ser, a curto prazo, uma tarefa que traga aparentes sacrifícios e até donativos que pareçam irrecuperáveis. Porém, o vasto mundo que hoje vive no atraso, desprovido de poder aquisitivo, limitado ao extremo em sua capacidade de consumir, incorporará com seu desenvolvimento uma torrente de centenas de milhões de consumidores e produtores, o único capaz de reabilitar a economia internacional, incluindo a dos países desenvolvidos que hoje geram e padecem a crise econômica.

A história do comércio internacional demonstrou que o desenvolvimento é o fator mais dinâmico do comércio mundial. A maior parte do comércio dos nossos dias se realiza entre países plenamente industrializados. Podemos assegurar que enquanto mais se estenda a industrialização e o progresso no mundo, mais se estenderá também o intercâmbio comercial, beneficiando a todos.

É por isso que pedimos em nome dos países em vias de desenvolvimento e advogamos pela causa dos nossos países. Porém, não é uma dádiva o que estamos reclamando. Se não encontramos soluções adequadas, todos seremos vítimas da catástrofe. Senhor Presidente, distinguidos representantes: Se fala com frequência dos direitos humanos, porém, deve-se falar também dos direitos da humanidade.

Porque uns povos haverão de andar descalços para que outros viajem em luxuosos automóveis? Porque uns hão de viver 35 anos para que outros vivam 70? Porque uns hão de ser pobres miseráveis para que outros sem exageradamente ricos? Falo em nome das crianças que no mundo não tem um pedaço de pão; falo em nome dos doentes que não têm remédios; falo em nome daqueles a quem se negou o direito à vida e a dignidade humana.

Uns países têm mar, outros não; uns têm recursos energéticos, outros não; uns possuem terras abundantes para produzir alimentos, outros não; uns estão tão saturados de máquinas e fábricas que não podem nem respirar o ar de suas atmosferas envenenadas, outros não possuem mais que seus esqueléticos braços para ganhar o pão. Uns países possuem, enfim, abundantes recursos, outros não possuem nada. Qual é o destino destes? Morrer de fome? Ser eternamente pobres? Para que serve então a civilização? Para que serve a consciência do homem? Para que servem as Nações Unidas? Para que serve o mundo? Não se pode falar de paz em nome das dezenas de milhões de seres humanos que morrem por ano de fome ou doenças curáveis em todo o mundo. Não se pode falar de paz em nome de 900 milhões de analfabetos.

A exploração dos países pobres pelos países ricos deve cessar! Sei que em muitos países pobres existem também exploradores e explorados.

Dirijo-me às nações ricas para que contribuam. Dirijo-me aos países pobres para que distribuam. Basta de palavras! Faltam fatos! Basta já de abstrações, faltam ações concretas! Basta já de falar de uma nova ordem econômico internacional especulativo que ninguém entende; deve-se falar de uma ordem real e objetiva que todos compreendam!

Não vim aqui como profeta da revolução; não vim pedir ou desejar que o mundo se convulsione violentamente. Vimos falar de paz e colaboração entre os povos, e vimos advertir que se não resolvemos pacífica e sabiamente as injustiças e desigualdades atuais o futuro será apocalíptico. O ruído das armas, da linguagem ameaçante, da prepotência no cenário internacional deve cessar. Basta já da ilusão de que os problemas do mundo podem se resolver com armas nucleares. As bombas poderão matar os famintos, os doentes, os ignorantes, porém, não pode matar a fome, as enfermidades, a ignorância. Não podem tampouco matar a justa rebeldia dos povos e no holocausto morrerão também os ricos, que são os que mais têm a perder neste mundo.

Digamos adeus às armas e consagremo-nos civilizadamente aos problemas mais complicados da nossa era. Essa é a responsabilidade e o dever mais sagrado de todos os estadistas do mundo. Essa é, ademais, a premissa indispensável da sobrevivência humana. Muito obrigado!